

O IMPACTO DO ENDIVIDAMENTO FAMILIAR NO CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: uma análise de 2020 a 2025 ODS (8)

Vitoria Sá e Silva (Universidade de Taubaté)

O presente estudo tem como propósito analisar o impacto do endividamento familiar no comportamento de consumo das famílias brasileiras no período de 2020 a 2025, em um contexto marcado por instabilidade econômica, inflação elevada, juros altos, desemprego e reflexos da pandemia da COVID-19. Partiu-se do pressuposto de que o comprometimento da renda familiar com dívidas afeta não apenas as decisões de compra, mas também a dinâmica macroeconômica, considerando que o consumo das famílias representa parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB). O objetivo geral da pesquisa foi compreender de que forma o endividamento influencia a aquisição de bens essenciais e supérfluos, altera prioridades financeiras e provoca reflexos sociais e psicológicos, enquanto os objetivos específicos buscaram identificar as principais causas do endividamento, analisar suas consequências sobre a renda e investigar as mudanças no padrão de consumo. Para tanto, adotou-se uma abordagem quantitativa e exploratória, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, utilizando dados secundários de instituições oficiais como IBGE, Banco Central, CNC e Serasa Experian, complementados por artigos científicos, relatórios técnicos e estudos acadêmicos nacionais. A análise demonstrou que, embora programas governamentais de renegociação de dívidas, políticas públicas voltadas à educação financeira e ferramentas tecnológicas de controle tenham contribuído parcialmente para reduzir os efeitos mais imediatos do superendividamento, o problema permanece estrutural, atingindo mais de 77% das famílias brasileiras no período, com inadimplência próxima de 30% e comprometimento médio da renda em torno de 30%. Os resultados evidenciaram também a redução expressiva no consumo de bens supérfluos, o comprometimento gradual do consumo de itens essenciais, impactos diretos no comércio varejista, efeitos negativos sobre o PIB, reflexos no setor de crédito e desafios adicionais para o mercado de trabalho, especialmente em relação à informalidade e à subutilização da força de trabalho. Conclui-se que o endividamento familiar excessivo constitui não apenas um problema individual, mas também um desafio econômico e social de grandes proporções, exigindo políticas integradas que conciliem acesso ao crédito, consumo consciente e medidas de proteção ao consumidor, de forma a equilibrar a sustentabilidade financeira das famílias com a estabilidade do desenvolvimento econômico nacional.

Palavras-chave: Endividamento familiar; Consumo doméstico; Políticas de crédito responsável.